

## A Curadoria de Incapazes

JOSÉ ROBERTO DOS SANTOS BEDAQUE  
Procurador de Justiça — SP

SUMÁRIO: I — Introdução; II — O M.P. e o interesse público; III — A função do Curador de Incapazes; IV — O incapaz sem direito; V — Situações duvidosas; VI — Incapacidade em ambos os pólos; VII — O Curador de Incapazes e o possível direito subjetivo do incapaz e Conclusão.

### I — Introdução

Determina o legislador processual civil que o Ministério Público participe de todos os processos em que haja interesse de incapazes (art. 82, I).

Existe polêmica a respeito da natureza da função a ser desempenhada pelo Curador de Incapazes<sup>1</sup>.

Sustenta a doutrina tradicional que o órgão do Ministério Público, quando intervém nas relações processuais de que participam incapazes, tem por objetivo a defesa do interesse público, consubstanciado na correta aplicação da lei. Assim, atuaria ele de forma absolutamente desvinculada dos interesses do incapaz, podendo posicionar-se livremente, ainda que sua intervenção resulte em benefício para a parte capaz<sup>1A</sup>.

A se aceitar tal conclusão, demasiadamente simplista, ter-se-ia como imprescindível a participação do Ministério Público em todas as relações processuais civis,

1. A controvérsia é antiga, como demonstra JOSÉ RAIMUNDO GOMES DA CRUZ, "O problema da vinculação do Ministério Público a uma das partes no processo civil", in *Justitia* 138/103 e ss.

1A. Nesse sentido, JOSÉ FERNANDO DA SILVA LOPES, para quem a intervenção, nesses casos, não se dirige "a favor de interesse privado da parte incapaz, mas a favor do interesse público na correta aplicação da lei, feita por um juiz equidistante e neutro, depois que se consumou toda a atividade processual necessária a uma sentença justa". (O Ministério Público e o processo civil, Saraiva, 1976, p. 51.) Assim também ANTONIO RAPHAEL SILVA SALVADOR, in RT 627/262; NELSON NERY JR., "A Intervenção do Ministério Público nos procedimentos especiais de jurisdição voluntária", in *Justitia* 135/39, com ampla indicação bibliográfica em apoio à tese.

visto que o escopo da correta atuação da lei está sempre presente, independentemente da natureza do direito discutido. Aliás, é exatamente esse objetivo que distingue a jurisdição das demais atividades do Estado<sup>2</sup>.

Daí por que grande parcela daqueles que se preocupam com a natureza das funções do Ministério Público no processo civil tem objetado a corrente tradicional, cujas conclusões, evidentemente, não satisfazem.

## II — O M.P. e o interesse público

Para bem compreender a questão deve-se, antes de mais nada, verificar, na legislação vigente, quais as atribuições do Ministério Público.

O artigo 1.º da Lei Complementar federal n. 40/81 bem como o artigo 1.º da Lei Complementar estadual n. 304/82 estabelecem que cabe ao Ministério Público a defesa, perante o Judiciário, da ordem jurídica estabelecida e dos interesses indisponíveis da sociedade, da fiel observância da Constituição e das leis<sup>3</sup>.

A interpretação desses textos legais leva à conclusão de que o interesse público a ser defendido pelo órgão ministerial não reside apenas na correta atuação da lei. Tal preocupação lhe dirá respeito apenas quando o processo versar um outro interesse público, considerado pelo legislador como indisponível e, portanto, de interesse para toda a sociedade<sup>4</sup>.

Em suma: **o interesse público existente em todo processo, e que se caracteriza pelo próprio escopo deste (atuação da lei), não é suficiente para determinar a intervenção do Ministério Público.** Para tanto, é necessária a presença de outro interesse, previamente considerado pelo legislador ou passível de identificação por critérios científicos.

Assim, o Promotor de Justiça é titular da ação penal porque, ao postular a punição do suposto autor de um delito, está ele atendendo ao interesse da sociedade, consistente em afastar de seu convívio determinados indivíduos, que não acatam as normas consideradas pelo Estado como fundamentais à sua própria existência. Também em razão da natureza pública e indisponível do interesse está ele legitimado a propor ação civil pública em defesa do meio ambiente e do consumidor (Lei n. 7.347/85, art. 5.º). A intervenção do Curador nos processos em que se discute o estado das pessoas (Código de Processo Civil, art. 82, II) decorre do entendimento do legislador de que tal matéria interessa não apenas às partes em litígio, mas a toda sociedade.

Os interesses, nessas hipóteses, extravasam os limites da relação jurídica, atingindo pessoas que dela não fazem parte, mas que, de maneira indireta, são afetadas pelo resultado do processo. Daí a sua indisponibilidade, e, em consequência, a necessidade de atuação do Ministério Público, seja propondo demandas, seja intervindo nos processos que os tenham por objeto.

Outra não é a razão pela qual o legislador processual exige a presença do Curador sempre que no processo houver incapazes (Código de Processo Civil, art. 82, I)<sup>5</sup>.

## III — A função do Curador de Incapazes

A discussão reside exatamente no papel do Curador de Incapazes: deve ele atuar sempre em defesa do incapaz, ou pode posicionar-se livremente?

No âmbito da Curadoria de Ausentes e Incapazes da Capital a questão é polêmica, embora prevaleça a primeira corrente.

A chamada posição vinculada, sem dúvida, traduz com mais precisão o objetivo pretendido pelo legislador ao determinar a intervenção do Ministério Público nos processos — em que houver incapaz.

Vejamos porque.

Não parece razoável entender que o Curador possa atuar contra o incapaz. Se o legislador exigiu sua presença na relação processual apenas porque dela participa um incapaz, fê-lo, obviamente, para que os interesses deste último sejam defendidos com maior zelo. Ora, se o Curador manifesta-se contra o incapaz, na feliz imagem de Antonio Celso de Camargo Ferraz, o remédio estaria matando o doente.

Equívocada a conclusão de que o Ministério Público não pode vincular-se ao interesse particular da parte, por estar sua função voltada para a defesa do interesse público. No caso da Curadoria de Incapazes, o interesse público encontra-se materializado em um dos pólos da relação processual, qual seja, aquele ocupado pelo incapaz. **Ele é a razão de ser da intervenção do Ministério Público no processo; ele representa, no caso, o interesse público<sup>6</sup>.**

Com essa regra, o legislador processual civil pretendeu que o contraditório fosse mantido em toda a sua integridade. Como o incapaz não pode manifestar livremente

2. Cfr. CHIOVENDA, *Instituições de direito processual civil*, vol. I, trad. bras., Saraiva, 1969, p. 3. CÂNDIDO RANGEL DINAMARCO prefere falar em escopos da atividade jurisdicional do Estado, entre os quais encontra-se o jurídico, qual seja, a atuação da vontade concreta da lei (cfr. *Instrumentalidade do processo*, RT, 1987, p. 447).

3. O novo texto constitucional, em seu artigo 127, tem redação semelhante: "O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis".

4. Como bem observa LIEBMAN, promover a atuação da lei é precisamente a tarefa da autoridade judiciária. Ao Ministério Público cabe tal função "in quei campi e in quei casi in cui le norme giuridiche sono dettate da considerazione di utilità generale o sociale, cosicchè la loro concreta osservanza appare come necessaria alla sicurezza e al benessere della società e il compito di provocare la loro applicazione da parte dei giudici non può essere lasciato all'iniziativa e all'arbitrio dei privati". (*Manuale di diritto processuale civile*, vol. I, 3.ª ed., 1973, Giuffrè, Milano, p. 108.) Daí a definição de Ministério Público formulada pelo saudoso mestre: "l'organo istituito per promuovere l'attuazione delle norme di ordine pubblico" (ob. e p. cit.). No mesmo sentido, CALAMANDREI, *Istituzioni di diritto processuale civile*, in *Opere giuridiche*, vol. IV, Morano, pp. 511/512. Em sentido contrário, cfr. JOÃO FRANCISCO MOREIRA VIEGAS, *O Ministério Público interveniente*, in *Justitia*, vol. 138/100.

5. Para evitar confusões ou comparações indevidas, convém ressaltar que, no direito italiano, a mera incapacidade de uma das partes não legitima a intervenção do Ministério Público no processo civil (cfr. LIEBMAN, ob. cit., pp. 111/112; CALAMANDREI, ob. cit., p. 532; SERGIO COSTA, *Diritto processuale civile*, 5.ª ed., ETET, Torino, pp. 120/122). Daí a conclusão da doutrina no sentido de que o Ministério Público, quando intervém nos processos civis instaurados pelas partes, é "totalmente avincolato dalle posizioni delle parti stesse, con riguardo alla sua attività ed ai suoi poteri sotto il profilo tecnico: attività e poteri che sono pur sempre quelli propri della parte". (CRISANTO MANDRIOLI, *Corso di diritto processuale civile*, vol. I, 2.ª ed., Giappichelli, Torino, p. 284; assim tb. CALAMANDREI, ob. cit., p. 517). Abordando especificamente o tema e concluindo pela impossibilidade de intervenção do Ministério Público apenas em razão da incapacidade de uma das partes, v. MARIO VELLANI, *Il pubblico ministero nel processo*, vol. II, NICOLA ZANICHELLI editore, Bologna, 1970, pp. 92/95. Também no direito alemão o Ministério Público não tem função semelhante à do curador de incapazes (cfr. ROSA MARIA B. B. ANDRADE NERY, *Notas sobre a Justiça e o Ministério Público no direito da Alemanha Ocidental*, in *Justitia*, volume 136, pág. 42).

6. Precisa a lição de ANTONIO ARAILDO FERRAZ DAL POZZO: "O Ministério Público atua, sempre, vinculado à vontade geral que o quer no processo e pelas razões que orientam essa vontade. Se o interesse público o quer na relação processual porque considera a qualidade da parte mais importante que o bem da vida discutido nos autos, não há como ele deixar de atuar em favor dessa parte". (Prefácio ao trabalho de HUGO NIGRO MAZZILLI, *Curadoria de Ausentes e Incapazes*, ed. APMP, p. IV). Para Hugo Mazzilli, nas hipóteses do artigo 82, I, o Ministério Público está "finalisticamente destinado a proteger o interesse personificado que lhe legitima a intervenção", (*Curadoria de Ausentes*, p. 27).

te a sua vontade (pelo menos não pode fazê-lo sozinho), não se sabe se o representante legal está cumprindo fielmente seu mister. Para afastar esse risco, o legislador exigiu a presença do Ministério Público, cuja função é zelar pelo interesse do incapaz, considerado indisponível. Tal indisponibilidade faz com que esse interesse extravase o âmbito da relação jurídica de direito material, o que torna o Estado preocupado com a sua efetividade.

#### IV — O incapaz sem direito

Afirma-se que, se o órgão ministerial concluir pela inexistência de qualquer direito indisponível do incapaz, não há o que defender, devendo ele, nesse caso, postular pela correta atuação da lei, ainda que em benefício da parte capaz.

Tal conclusão, todavia, não se mostra correta.

Toda demanda tem por fundamento a existência ou inexistência de um direito subjetivo, deduzido pelo autor na inicial.

Direito subjetivo nada mais é do que o resultado da subsunção de uma situação de fato a uma previsão abstrata feita pelo legislador. Todas as pessoas que se encontrarem naquela situação de fato, em posição tal que a norma de direito material considere como vantajosa, são titulares de direito subjetivo<sup>7</sup>.

Ao propor uma ação, a pessoa narra uma situação fática que, segundo ela, está abstratamente prevista pela norma de direito material; sustenta, pois, a subsunção do fato à regra geral. Pretende que aquela situação de vantagem seja reconhecida pelo magistrado (não importa o tipo de provimento; o objeto do processo versará sempre um direito subjetivo).

Para que o pedido formulado seja acolhido, é necessária a presença de dois requisitos:

a) que a situação fática alegada seja verdadeira;

b) que ela realmente esteja prevista na norma geral.

O Curador de Incapazes deve, levando em consideração estas premissas, desenvolver sua atividade processual de forma a ajudar o incapaz. Ou seja, o Curador deve dispende todos os esforços para que os fatos alegados pelo incapaz fiquem demonstrados, e, quanto à adequação dos fatos à norma, desenvolver raciocínio jurídico sempre favorável ao incapaz.

Pode acontecer, evidentemente que, apesar de todas as providências do Curador, não se consiga provar os fatos narrados pelo incapaz. Também é possível que os fatos descritos pelo incapaz não lhe assegurem qualquer situação de vantagem prevista em lei, o que implica inexistência de direito subjetivo.

Não se pode exigir do Curador, nesses casos extremos, a defesa intransigente dos interesses do incapaz, obrigando-o a violentar sua própria consciência. Em tais hipóteses, a função do Curador se esgota na tentativa de demonstrar a ocorrência

7. Como bem observa CHIOVENDA, a idéia de direito subjetivo se resolve numa vontade concreta da lei. Isto é, a regra legal representa uma vontade geral, abstrata, hipotética. Com a verificação do fato previsto pela norma, forma-se a vontade concreta da lei (cf. ob.cit., pp. 3/4; v. tb. PONTES DE MIRANDA, *Tratado de direito Privado*, tomo I, RT, pp. 4/5; JOSÉ CARLOS MOREIRA ALVES, *Direito subjetivo, pretensão e ação*, in REPRO 46/109).

da situação fática favorável ao incapaz, ou da subsunção desta à regra legal. Como tal não foi possível, não poderá ele sustentar uma situação vantajosa para o incapaz, pois ela inexistente.

Por outro lado, o que não se admite é a possibilidade de o Curador de Incapazes tecer argumentos em favor da parte capaz, procurar provas para favorecê-la, ou, até, desenvolver raciocínio jurídico no sentido de que os fatos efetivamente demonstrados se subsumem a uma norma que a favorece<sup>8</sup>.

Nessas hipóteses, esgotou ele os meios de que dispunha para auxiliar o incapaz. Deve, pura e simplesmente, declarar nada mais ter a deduzir em favor da parte a quem lhe compete assistir<sup>9</sup>.

#### V — Situações duvidosas

Há, todavia, determinadas situações, não tão extremadas, que revelam a necessidade de uma atuação vinculada ao incapaz, bem como demonstram a fragilidade da corrente oposta.

Imagine-se que, após a instrução, reste dúvida no espírito do Curador quanto à ocorrência dos fatos afirmados pelo incapaz. Poderá o representante do Ministério Público socorrer-se das regras sobre o ônus da prova, para concluir que o resultado da demanda deve ser desfavorável ao incapaz? Parece que não. Tais regras são dirigidas ao julgador que, embora sem haver formado seu convencimento, não pode deixar de decidir. O Curador deve procurar, sempre que possível, ter um papel ativo na defesa do incapaz. Esse deve ser o seu comportamento quando houver dúvida quanto ao resultado do conjunto probatório. Caso contrário, estará retirando do incapaz o benefício pretendido pelo legislador.

Mas não é só: e se o Magistrado, ao valorar a prova, concluir pela existência da situação de vantagem afirmada pelo incapaz? Teríamos, então, o reconhecimento do direito indisponível contra a conclusão daquele a quem cabia a sua defesa.

Ressalte-se que, na hipótese imaginada, a defesa do direito subjetivo do incapaz depende apenas da avaliação das provas, cujo resultado não se mostra muito convincente. Ainda assim, o juízo de valor do Curador deve ser favorável ao incapaz, mesmo porque eventual posição contrária pode decorrer de equívoco na análise do conjunto probatório.

Pense-se, ainda, no seguinte exemplo: os fatos foram suficientemente demonstrados, mas a subsunção destes à norma é duvidosa, visto que a regra legal admite mais de uma interpretação. Assim, se prevalecer a posição X, ocorre a adequação dos fatos à norma, sendo possível o reconhecimento do direito do incapaz; caso

8. Corretíssima a conclusão de HUGO MAZZILLI: "Quando a indisponibilidade se prende a uma pessoa — é o caso do incapaz que é acionado numa ação reivindicatória de um imóvel, por exemplo — não pode ele, nem seu representante legal, dispor do direito material em que se funda o litígio. Assim, a intervenção ministerial só pode ser protetiva, para nada mais fazer do que velar por dita indisponibilidade, que está ligada direta e unicamente ao incapaz. Não teria o Curador de Incapazes sequer interesse processual para recorrer contra os interesses da pessoa cuja incapacidade legitimou sua intervenção no feito, porque, nesse caso, estaria zelando por interesses disponíveis da parte contrária, maior e capaz (Justitia — 130/187; RT 511/141, 568/109, 568/120, 569/135)". (Curadoria de Incapazes, p. 28).

9. Segundo DINAMARCO, o Curador, em último caso, deve limitar-se a dizer que nada tem a acrescentar ao que alegou o incapaz. Assim agindo, ele não violenta a sua consciência e mantém a integridade do contraditório que o legislador pretendeu preservar (cf. Curadoria de Ausentes e Incapazes, palestra proferida no Grupo de Estudos Carlos Siqueira Netto, em 16.6.1980).



contrário, não há subsunção e, em consequência, não há direito subjetivo. Se o Curador de Incapazes, podendo atuar livremente, entender que a interpretação correta é a que desfavorece o incapaz, oferecerá manifestação nesse sentido. Mas o Juiz e o Tribunal podem optar pela corrente contrária e reconhecer a existência do direito subjetivo indisponível reclamado pelo incapaz.

Parece absurdo admitir que o Curador de Incapazes somente auxiliará o incapaz se o seu entendimento a respeito da norma legal, de interpretação controvertida, for favorável a este último.

Fosse isso possível, o incapaz somente teria a ajuda do Ministério Público, na defesa de seu direito indisponível, se o Curador adotasse, dentre as várias interpretações admissíveis da regra legal, aquela que lhe fosse favorável. Além de frustrar a intenção do legislador, tal posição estaria sujeita a alterações, na medida em que há a possibilidade de não ser o mesmo Curador a se manifestar durante todo o processo.<sup>10</sup>

Assim, todas as vezes em que seja possível mais de uma interpretação, quer dos fatos, quer da norma, o Curador deve sempre optar por aquela mais favorável ao incapaz.

## VI — Incapacidade em ambos os pólos

Em uma relação processual onde haja incapazes nos dois pólos, segundo corrente dominante, basta a intervenção de um Curador apenas, pois este vai defender o interesse público daquele que efetivamente seja o titular do direito subjetivo discutido nos autos.

Pergunta-se porém: e se houver dúvida quanto aos fatos, sendo perfeitamente possível a opção por qualquer das partes? Trata-se de pura questão de juízo de valor sobre as provas, cujo resultado pode variar segundo o intérprete. Será justo que, nesse caso, o Curador opte por um dos incapazes, tecendo argumentos em seu favor, em detrimento do outro? A própria situação apresenta-se duvidosa, não admitindo conclusão segura a respeito. Se a hipótese permite conclusões em ambos os sentidos, será justo que apenas um dos incapazes conte com o apoio do Ministério Público?<sup>11</sup>

A defesa da posição desvinculada fica ainda mais difícil nas hipóteses em que se admitem várias interpretações da norma abstrata. Qual delas escolheria o Curador? E o incapaz, cuja tese não foi adotada, ficaria sem um órgão público para defender seu possível direito subjetivo indisponível, que vai existir, ou não, dependendo exclusivamente da interpretação dada à regra legal?

## VII — O Curador de Incapazes e o possível direito subjetivo do incapaz

Como o problema de existência de um direito subjetivo depende da demonstração dos fatos alegados e da subsunção destes na regra abstrata, deve o Curador de Incapazes sempre:

- a) fazer o possível para que os fatos alegados pelo incapaz fiquem provados;
- b) procurar sempre a interpretação da norma que favoreça o incapaz;
- c) se não for possível a defesa do incapaz, pela falta absoluta de prova dos fatos ou pela não subsunção destes à norma abstrata, jamais assumir posição favorável aos interesses disponíveis da parte capaz.

Se o incapaz não tiver direito algum, em que pese o esforço desenvolvido pelo Curador no processo, tanto no aspecto fático, quanto no jurídico, ainda assim a missão entregue pelo legislador ao Ministério Público foi fielmente desempenhada. É necessário entender que o único motivo pelo qual a intervenção do Curador de Incapazes se faz imprescindível é a presença do incapaz na relação processual. É para evitar o risco de um contraditório desequilibrado, de um prejuízo para o eventual direito indisponível do incapaz. Na verdade, nem importa tanto se o direito do incapaz existe ou não. O que a lei pretende com essa exigência é assegurar um **contraditório efetivo e equilibrado**<sup>12</sup>. Ao contrário do que pode parecer, não há demérito algum em o Ministério Público vincular-se a um dos pólos do processo. Como se viu, existe um interesse público a justificar tal vinculação. O que não se explica é a intervenção do Curador para defender a correta aplicação da lei, visto que tal função é do Magistrado.

Assim, não intervém o representante do Ministério Público para defender interesses materiais do incapaz sempre, pois pode ocorrer que tais interesses não configurem direitos subjetivos. A razão de ser de sua intervenção está em procurar demonstrar a existência desse direito subjetivo do incapaz, que pode não estar sendo suficientemente defendido. Esse é o interesse público vislumbrado pelo legislador, como causa da participação do Ministério Público no processo.

Por isso, deve o Curador desenvolver todos os esforços no sentido de que a situação favorável ao incapaz resulte demonstrada. Se, porém, tal conclusão não se apresentar possível, obviamente não se exige dele o papel de defensor do incapaz. O que se sustenta é a impossibilidade de o representante do Ministério Público atuar em defesa de outros interesses, que não aqueles que justificarem a sua intervenção no processo.

Em síntese: a razão de ser da intervenção do Ministério Público nas relações processuais civis de que participem incapazes é, exclusivamente, a presença destes últimos e a possível existência de um direito subjetivo a eles pertencente. Cabe ao Curador zelar pela efetividade do contraditório.

Se o Curador esgotou todos os meios possíveis à demonstração da existência de tal direito e não conseguiu, cumpriu sua função. Deve eximir-se de qualquer outra manifestação que porventura venha a beneficiar interesses disponíveis. A defesa destes cabe apenas ao seu titular; e a correta aplicação da norma, reconhecendo-os como direitos subjetivos, é função do Juiz. Ao Curador de Incapazes compete

10. Como bem observou RENATA HELENA PETRI GOBBET, ilustre Curadora de Ausentes e Incapazes da Capital, não se pode admitir que a proteção aos interesses indisponíveis do incapaz, desejada pelo legislador, seja meramente eventual, aleatória.

11. Não se argumente que a questão se resolve com a aplicação das regras sobre o ônus da prova. Essas são regras de julgamento, a serem utilizadas pelo juiz, quando não lhe for possível decidir com apoio no conjunto probatório. Não pode o Curador de Incapazes socorrer-se delas, para decidir a quem dará o seu apoio.

12. Cfr. DINAMARCO, *Fundamentos do processo civil moderno*, p. 95, em que o autor se reporta à expressão grifada no texto, de autoria do Des. Antonio Celso de Camargo Ferraz. Conclui o ilustre professor: "a figura processual do Ministério Público, neste caso, é a de assistente, aquele que ingressa no processo *ad coadjuvandum*; por razões que no momento não interessam, o legislador considera o incapaz mais fraco dentro do processo e é preciso que essa fraqueza seja compensada. E é por isso que intervém o Ministério Público, para compensar a fraqueza e, portanto, para reforçar a parte. No processo-crime também existe curador que o juiz nomeia ao incapaz, ao acusado que não tenha vinte e um anos. Por isso tudo nós vemos, então, que o princípio do contraditório é uma garantia que deve ser encarada e aplicada como garantia real de informação e de participação no processo" (ob. cit., p. 98; v.tb. *Instrumentalidade do Processo*, RT, 1987, p. 191, 25).

defender o interesse público, consubstanciado na efetividade do contraditório, que, em razão da presumida fraqueza de uma das partes (o incapaz), pode encontrar-se desequilibrado. Essa função é tão nobre quanto todas as demais exercidas pelo Ministério Público. Não vamos desfigurá-la.

## Conclusão

Por tudo o que ficou exposto, opta-se pela corrente daqueles que sustentam ser o Curador de Incapazes um assistente especial<sup>13</sup>, cuja presença nos processos civis onde participem incapazes é necessária para assegurar o equilíbrio do contraditório. Preocupou-se o legislador com a efetividade desse princípio processual, em razão da natureza indisponível dos direitos dos incapazes. Aqui está o interesse público cuja defesa foi entregue ao Ministério Público<sup>14</sup>.

13. Trata-se, evidentemente, de uma forma peculiar de assistência, diversa daquelas previstas nos artigos 50/55 do Código de Processo Civil. Nesse sentido, cfr. HUGO NIGRO MAZZILLI, *Manual do Promotor de Justiça*, p. 49.

Essa maneira de entender a atuação do Curador de Incapazes não é nova. A antiga lei orgânica da Justiça do Distrito Federal já prescrevia aos Curadores de Orfãos, de Família e de Ausentes a atribuição de defender os direitos dos incapazes (Cód. Org. Jud., art. 143, III, 145, V e 153, III). Guilherme Estellita anotou que, nesses casos, a atuação do Ministério Público está essencialmente ligada às condições especiais da situação das pessoas assistidas. O Estado assume, por seus órgãos, a proteção desses interesses, tendo em vista as condições excepcionalmente desfavoráveis em que se encontram seus titulares. Conclui que a intervenção obrigatória do Ministério Público nos processos onde houver interesse de incapazes, determinada pelo artigo 80, § 2.º, do Código de 1939, outro fim não tinha senão "o de produzir a defesa do interesse do incapaz, pois essa é a função precípua do Ministério Público. Defesa que não exclui, antes completa ou supre, aquela outra, produzida pelo representante legal do incapaz, mediante o procurador judicial para esse fim constituído. Resulta do exposto que essa intervenção do Ministério Público realiza exatamente a função da antiga curadoria à lide, tal como instituída nas Ordenações do Reino. E tanto isso é exato que o Código de Organização Judiciária do Distrito Federal, reproduzindo leis anteriores ao C.P. Civil, encerra uma disposição deste teor: 'Nos feitos em que intervier e funcionar o Ministério Público, é dispensada a nomeação de curador à lide' (art. 120)". (O Ministério Público e o processo civil, Livraria Freitas Bastos, 1956, pp. 34/38)

14. Nesse sentido, substancialmente, CÂNDIDO R. DINAMARCO, *Fundamentos do Processo Civil Moderno*, RT, 2.ª ed., pp. 98 e 331/333; *Teoria Geral do Processo*, em co-autoria, RT, 6.ª ed., pp. 266/267; Curadoria de Ausentes e Incapazes, palestra proferida no G.E. Carlos Siqueira Netto, em 16.6.1980; HUGO NIGRO MAZZILLI, *Curadoria de Ausentes e Incapazes*, pp. 27 e ss.; *Manual do Promotor de Justiça*, Saraiva, 1987, pp. 47 e ss.; ANTONIO ARALDO FERRAZ DAL POZZO, *Posição do Ministério Público em segunda instância no civil*, in *Justitia* 112/110-122; MILTON SANSEVERINO, *Curadoria de Ausentes e Incapazes*, publicação da PGJSP e APMP, p. 47. Segundo bem pondera Cândido Dinamarco, tal intervenção se justifica pelo princípio da igualdade das partes: "O menor, o louco, o pródigo, são pessoas que, por deficiência de diversa ordem, levam desvantagem perante os demais; sua defesa é confiada aos representantes legais, mas o legislador não deposita inteira confiança neles (ou seja, reconhece-se que eles podem falhar e não cuidar cumpridamente dos interesses do representado). Daí a exigência de participação do Ministério Público." (O Ministério Público na Curadoria de Ausentes e Incapazes, in *Reuniões de estudos de direito processual civil*, publicação PGJ e APMP, p. 7). Embora sem aderir expressamente a qualquer das posições, José Raimundo Gomes da Cruz afirma: "A conclusão que nos parece mais decisiva corresponde ao maior interesse em atuação fiscalizadora, técnica e concreta dos órgãos do Ministério Público, em favor do incapaz, por exemplo, do que em meras e automáticas expressões de apoio às manifestações e razões do advogado dele" (ob. cit., p. 110).